

POLÍTICAS DO DEVIR E ÉTICA DA LUTA NA OBRA DE GILLES DELEUZE

Jéssica Cássia Barbosa¹

RESUMO

A política na visão da filosofia de Gilles Deleuze advém de uma micropolítica, em detrimento da macropolítica. Daí, o devir é um processo de desvio das formas estabelecidas de decisão e ação política, e ao mesmo tempo uma abertura à criação de outras formas de pensar e agir politicamente. Assim, a política entra num mundo do microdecisível a partir de devires-democráticos que não esperam e não sentem-se representados pelas decisões da macropolítica. A ética relacionada à política constituída segundo o devir está em encontrar-se o mais próximo das lutas paradoxais e complexas de nossas vidas singulares.

Palavras-chave: Macropolítica. Micropolítica. Representação. Devir.

ABSTRACT

The philosophy politics of Gilles Deleuze became of a micro, not a macropolitical. In this sense, that's why the becoming is a detour process of an established form of political decision and action, and at the same time an opening at others creative forms of thinking and acting politically. Thus, the political enter in a microdecided world according becoming-democratics that does not wait and does not feel represented by the macropolitical decisions. The ethic related with the political, constituted according the becoming, is in the act of finding itself as close as possible of the paradoxical and complexes fights of our singular lives.

Keywords: Macropolitical. Micropolitical. Representation. Becoming.

A política deleuziana implica uma crítica às formas de democracia representativa e, portanto crítica ao cenário de um mundo cada vez mais submetido à lei e ao valor da maioria, e dos universais. Deleuze parece denominar pelo nome política algo inteiramente diferente do que comumente é aceito, tais como, governo da maioria, eleição de melhor regime.

O pensamento político deleuziano torna-se um desafio para os que preferem a política do macrodecisível, a macropolítica. Pensa-se que não há nada para além das formas de representação, que a política deve voltar-se para o campo das macrodecisões, e todas as atrações, lutas, desejos, embates, devem tomar lugar no campo dessa macropolítica.

Pensa-se também ser possível sustentar uma política apenas sob o julgo das macrodecisões, mas todas as decisões políticas mergulham necessariamente num mundo de

¹ Mestre em filosofia pela UFRN; e-mail: jessicabarbosa8@yahoo.com.br.

microdeterminações, micropercepções, atrações e desejos que a macropolítica deve pressentir e avaliar. Isto é, o plano do decisível permanece estreito, e deve levar em conta esses fluxos moleculares que, um pouco por todas as partes, fazem a política.

Ali onde o território não deixa de fechar-se sob suas normas, sob seus estados de dominação, em função dos regimes de identificação, a verdadeira política, na visão deleuziana, segue sendo um esforço vital de descompressão das normas, de desterritorialização, e um poder de “desidentificação” engendrado pelas criações singulares e coletivas. Uma espécie de *marginalismo prático* (Guillaume Le Blanc, 2012), cujo objetivo é desbloquear fronteiras, e transbordar qualquer tipo de estratificação, um “fenômeno de borda” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 27).

O fortalecimento da macropolítica advém da micropolítica, que aquela captura e faz com que sirva para os seus próprios fins. Os centros de poder se definem por aquilo que lhes escapa muito mais do que pela sua zona de força. “É sempre do fundo de sua impotência que cada centro de poder extrai sua potência: daí sua maldade radical e sua vaidade” (idem, p. 108). O poder retira toda sua força das potências criadoras que ele não consegue controlar nem determinar, apenas convertê-las, aqui e ali, ao quadriculado do poder.

Mas será que, no momento no qual já não existe, vencida pelos aparelhos de captura, a máquina de guerra testemunhe ao máximo sua irrefutabilidade; enxameie em máquinas de pensar, de amar, de morrer, de criar, que dispõem de forças vivas ou revolucionárias susceptíveis de recolocar em questão o estado triunfante?

O maior não instaura sua hegemonia sem ser correlativamente trabalhado de dentro por tensões, conflitos, e também iniciativas criadoras, vetores que animam uma politização imanente, constante, uma micropolítica ativa. A teoria deleuziana do menor traça uma problematização endógena que fragiliza interiormente todo sistema de maioria (como, por exemplo, os sistemas democráticos das sociedades liberais contemporâneas). O menor expressa um certo “mal-estar em política”: o fato de que não nos reconhecamos na “maioria”, mesmo quando não a deixemos de evocar.

Nesse sentido é que Deleuze e Guattari comentam em *Mil Platôs* (1980),

A política opera por macrodecisões e escolhas binárias, interesses binarizados; mas o domínio do decidível permanece estreito. E a decisão política mergulha necessariamente num mundo de microdeterminações, atrações e desejos, que ela deve pressentir ou avaliar de um outro modo. [...] Uma página curiosa de Michelet condena Francisco I por ter mal avaliado o fluxo de emigração que empurrava para a França muita gente em luta contra a Igreja: Francisco I viu nisso apenas uma afluência de possíveis soldados,

ao invés de perceber aí um fluxo molecular de massa de que a França teria podido tirar proveito, assumindo a liderança de uma Reforma diferente daquela que se produziu². Os problemas se apresentam sempre desse jeito. *Boa ou má, a política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações, que a “faz”* (Deleuze; Guattari, 1996, p.102 – grifo no original).

Há pelo menos duas ideias instigantes nessa citação de Deleuze e Guattari. A primeira, em uma certa medida com um tom pouco confiante, afirma que as decisões políticas, de fato, são necessariamente tomadas no nível molar. Mas a segunda assertiva, a qual, também em certa medida, anula a anterior e lhe retira toda negatividade, é que o molar passa necessariamente pelas apreciações moleculares, isto é, é dela que a macropolítica retira toda a sua força.

Para Deleuze, a esquerda em nada se assemelha com governo, com Estado, ela está muito mais relacionada com a potência do molecular que não se deixa capturar, identificar pelas formas molares. Os fluxos de quanta que forçam a atualização constante das estratificações molares e das padronizações de maioria, mas sem, contudo, deixar-se sobrecodificar, reterritorializar novamente, sem deixar-se paralisar em novas formas de maioria, em suma, que não se deixa institucionalizar. Por mais que seja inevitável ou até necessário que as decisões sejam tomadas na macropolítica, na forma de um direito adquirido, ou mesmo de uma posição de poder a ser ocupada, a esquerda é aquilo que não para nesse ponto, e segue em uma linha de variação contínua, isto é, segue na luta contínua contra as formas de aprisionamento da vida que as formas de poder impõem por todos os lados.

Se por um lado há uma máquina abstrata de sobrecodificação constante dos fluxos, sendo ela que define uma macrosegmentaridade, ou o padrão de maioria; há, em contrapartida, os fluxos de descodificação, que traçam as linhas de fuga e que operam as novas formas de organização política, primeiramente em um nível molecular, segundo velocidades e andamentos diferentes.

De modo que, a preocupação de toda sociedade será essa: sobrecodificar os fluxos descodificados produzidos na segmentaridade molecular, dando como resultado uma artificial unidade. Funcionará como aparelho de captura das *máquinas de guerra* selvagem que não se deixam padronizar, que não se deixam vencer e parar em protótipos já determinados, em contornos já delineados. Não vão deixa-lo experimentar em paz. Pois isso colocará toda a unidade em risco.

² Michelet, *Histoire de France, la Renaissance*.

Será preciso toda uma cartografia, uma micropolítica dos desejos, todo um mundo de microdeterminações, operados por agenciamentos de desejo. Como subtrair desejos de poder? Os desejos facistas? Para que se criem desejos revolucionários, maquinados a partir de um corpo a corpo, a partir das errâncias e experimentações – que é o mesmo que adquirir uma velocidade a partir da qual se é possível afetar e ser afetado, muito mais intensamente, desfazendo a estrutura molar ao mesmo tempo que criando outras formas de vida, assim nesse constante movimento?

E assim caímos em um impasse, pois se continuamos sob o julgo da representação, o que fazer com aquilo em nós que não admite representação? Uma comissão de ética, ou de minorias resolve o problema? O que fazer com isso que não encontra acomodação nos aparatos estatais de representação institucional, nem se identificam com as formas de representação?

Em conexão com o que o ser aumenta ou diminui seu grau de intensidade, passando por devires intensivos, devires de liberdade, devires menores, devires revolucionários? Qual política se correlaciona com essa essência conectiva do ser, trabalho de verdadeiras máquinas desejanças? No caso das revoltas na Turquia e no Brasil, já comentadas aqui – a derrubada das árvores do parque Gezi, no primeiro caso, e o aumento de R\$ 0,20 nas passagens do transporte público – algo aparentemente pequeno fez desembocar em sublevações de grandes extensões e que vem se tornando, ao que parece, uma rejeição generalizada à política moderna, programática, de maioria. E justamente por adquirem essa característica não-programática, por serem mais ou menos espontâneas, que se relacionam amplamente com a singularidade de verdadeiros *devires*:

O que nos precipita num devir pode ser qualquer coisa, a mais inesperada, a mais insignificante. Você não se desvia da maioria sem um pequeno detalhe que vai se pôr a estufar, e que lhe arrasta. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 89).

Pode ser que nada pareça mudar segundo os parâmetros de uma macropolítica, mas tudo muda nas apreciações de uma micropolítica na forma desses fenômenos de borda que não esperam o futuro das revoluções, devires-menores, devires-revolucionários, devires-democráticos.

Nessa medida, um conceito fundamental, na obra de Deleuze, para pensarmos tal ideia, é o de *devir*. Pois, ao mesmo tempo em que o devir é um processo de experimentação

que nos coloca fora dos muros das significações dominantes (desvio), também é experimentação do mundo e, portanto, abertura de novas possibilidades para constituição de mundos diferentes (criação).

É sempre de um subdesenvolvimento que se devém algo, porque, através do devir, quer-se escapar, buscar uma saída, das formas de identificação. Não na forma de uma fuga covarde do mundo, mas uma fuga no mundo. É o que George Jackson escreve da prisão, o qual Deleuze cita: “Pode ser que fuja, mas ao longo da minha fuga procuro uma arma” (Deleuze; Parnet, 2004, p. 51). Isso implica um mesmo processo, isto é, a criação de uma linha de fuga também implica criação por linha de fuga.

E se as regimes democráticos servem hoje como modelos de realização de um projeto de maioria, esse seria o projeto do capitalismo na forma de liberal-democracias. Aqui Deleuze denuncia uma espécie de impura mistura ou um impuro lado a lado, nos termos nietzschiano, entre as formas de governo com os axiomas do capitalismo, isto é, a de serem subordinadas aos axiomas de produção do capital. Os Estados nacionais, sejam democráticos, ditatoriais ou totalitários constituem-se todos em “modelos de realização” dessa axiomática imanente (Deleuze; Guattari, 1992, p. 138). Quando os governos democráticos servem-se desse modelo de realização aos axiomas do capital, servirá como sede para a difusão de modos de existência e de pensamento-para-o-mercado, universalizantes e homegeneizantes. Ora, diz Deleuze, “ele não é universalizante, homegeneizante”, é do contrário, uma fabricação de desigualdades, “é uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria” (idem, p. 217).

Antonio Negri, mais recentemente em entrevista publicada pela revista Cult (2014), fala do paradoxo de termos eleições completamente dominadas pelo poder do dinheiro. Segundo Negri, a corrupção é uma corrupção do poder do dinheiro que tudo domina. Para ele, a corrupção do poder do dinheiro, corrompe toda a estrutura da máquina democrático-representativa tornando-a “incapaz de conter e desenvolver um mecanismo democrático de decisão” (Negri, 2014, p. 41).

Em suma, Deleuze aposta na política do devir, enquanto fator político imanente capaz de desvencilhar-se das presunções transcendentais: o futuro da democracia, futuro das revoluções. A “verdadeira política”, segundo uma visão deleuzinana, deveria sobrevir dos devires-revolucionários e devires-democráticos que, para cada caso, constituem o segredo da luta das nossas vidas singulares. A ética da luta associada a esse pensamento político encontra parte com respeito aos acontecimentos e aos processos complexos e paradoxais de nossas

vidas singulares. A política do devir, ou do devir-menor “é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa. É o contrário da macropolítica, até da História, onde se trata de saber sobretudo como se vai conquistar ou obter uma maioria (Deleuze; Guattari, 1997, p. 89).”

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GUILLAUME LE BLANC. **Maio de 68 em filosofia. Para uma via alternativa**. In: ZARKA Y OTROS. *Deleuze Político: nueve cartas inéditas de Gilles Deleuze*. Buenos Aires: Nueva visión, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

NEGRI, Antonio. **Na volta a Espinosa, a construção do comum**. (Entrevista à Revista Cult por Thiago Fonseca e Giuseppe Cocco, Dossiê Antonio Negri). Cult, nº 189, ano 17, abril 2014.